

**POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: estratégia de
permanência para estudantes em cursos de licenciaturas em ciências da
Natureza e Matemática IFMA - Campus São Luís Monte Castelo**

Mariane Teixeira Anjos¹
Tassia Yris Pinheiro Cutrim²
Noely Berredo do Nascimento³
Ryan Henrique Pereira Correa⁴
Alexsandra de Sousa Aick⁵
Prof.^a Dr.^a Rosangela de Sousa Veras⁶
Prof.^a Dr.^a Marinalva Sousa Macedo⁷

RESUMO

O relatório apresenta o resultado parcial da pesquisa sobre a Política de Assistência Estudantil realizada no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA, Campus São Luís Monte Castelo com a finalidade de analisar a oferta e acesso a direitos com a implementação dessa Política que visa a permanência e o êxito acadêmico. O público-alvo deste estudo foram os alunos dos cursos de licenciaturas em Ciências da Natureza e Matemática do referido campus do IFMA. Com ênfase nas dificuldades enfrentadas pelos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, por meio da aplicação de um questionário, averiguamos o impacto dessa assistência estudantil. Investigamos a eficácia das suas ações, como a concessão de bolsas e auxílios e, também, abordamos os desafios e limitações dessa Política. A pesquisa delimitou como período de análise os anos de 2020 a 2023. Quanto aos procedimentos metodológicos foi realizado um levantamento dos editais dos programas dessa política publicados no período de análise da pesquisa e a aplicação de um questionário com os licenciandos usuários da Política. Como referencial teórico apoiamos-nos na dissertação de Pordeus e na tese de Kowalski. Os resultados estão evidenciados por meio de gráficos e comentários resultantes dos editais e do questionário.

Palavras-chave: Estratégias, Políticas Públicas, Assistência Estudantil, Licenciaturas em Ciências da Natureza e Matemática.

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Matemática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA, Campus São Luís – Monte Castelo, mariane.teixeira@acad.ifma.edu.br

² Graduando pelo Curso de licenciatura em matemática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA, Campus São Luís – Monte Castelo, tassiacutrim19@gmail.com;

³ Graduando pelo Curso de licenciatura em matemática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA, Campus São Luís – Monte Castelo, berredonoely@email.com;

⁴ Graduando pelo Curso de licenciatura em matemática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA, Campus São Luís – Monte Castelo, h.correa@acad.ifma.edu.br;

⁵ Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, aleaick@hotmail.com;

⁶ Professora orientadora: Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Professora de sociologia do IFMA/MTC, rosangelaveras@ifma.edu.br;

⁷ Doutorado em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Professora de educação do IFMA/MTC msmacedo@ifma.edu.br.

INTRODUÇÃO

Este artigo inicia sua discussão com o conceito de Assistência estudantil, ponto de partida para o estabelecimento da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), depois fala brevemente da sua implementação na Rede de Educação Federal e, por fim, a sua institucionalização e implementação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA). Para verificar os resultados da implementação no IFMA, traçamos o objetivo de “Analisar as estratégias da implementação da Política de Assistência Estudantil do IFMA no Campus Monte Castelo para a permanência e o êxito acadêmico dos alunos dos cursos de licenciaturas em Ciências da Natureza e Matemática”. Assim, primeiro levantamos o quantitativo do número de matriculados e o número de beneficiados nessa instituição, verificamos os editais de benefícios e por fim, aplicamos um questionário para verificar o perfil e o que pensam os beneficiados sobre essa política.

Para Angélica Gadelha Pordeus (2019), a Assistência Estudantil situa-se no campo das políticas sociais e educacionais e, ao longo da sua implementação, tem se tornado uma área estratégica de intervenção do poder público para o atendimento às demandas dos estudantes propiciando condições de permanência nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), principalmente no que se refere aos programas de alimentação, moradia, transporte, saúde, inclusão digital, entre outros.

Conforme esta autora, foi no contexto dos Institutos Federais de Educação, que se iniciou a consolidação da Política de Assistência Estudantil, a partir do processo de expansão das IFES e da reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, ocorridos através da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, a qual criou os Institutos Federais de Educação. Naquele momento, segundo Pordeus (2019), na esfera dos programas e políticas educacionais, foi iminente estabelecer uma conexão entre o processo de expansão e os programas empreendidos para democratização do acesso, dentre os quais, o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), a Universidade Aberta do Brasil (UAB), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e o Sistema de Reserva de Vagas para o Ensino Superior, Técnico e Tecnológico.

Nesse contexto, essa política pública foi se mostrando cada vez mais necessário para propiciar condições de permanência dos estudantes ingressantes. Desse modo, a nível nacional a PNAES foi regulamentada pelo Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010,

em todo país e criou um conjunto de ações de assistência aos estudantes de instituições públicas de ensino em todo território brasileiro, institucionalizada como política pública federal, com recursos orçamentários próprios e com um arcabouço legal até então inexistente na política educacional do país, cujo objetivo primordial, segundo Pordeus é

[...] criar as normas para as ações de assistência ao estudante a serem desenvolvidas nas IFES, garantindo verbas específicas e determinando, a partir dessa época, a regulamentação de regras e políticas internas a estas Instituições, norteadas por uma legislação nacional. (Pordeus, 2019, p. 25).

Considerando que estudantes, advindos da camada economicamente menos privilegiada da sociedade brasileira, historicamente excluídos das universidades públicas, necessitam de estratégias que garantam sua permanência nos cursos de graduação, foi necessário a criação de medidas como o Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010, que instituiu a Política de Assistência Estudantil em âmbito nacional.

Em consonância esse Decreto, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA) aprovou a sua Política de Assistência Estudantil (PAE), através da Resolução nº 064 de 05 de dezembro de 2014, reformulada em 2022, pela Resolução nº 147, 11 de julho de 2022.

A concepção da Política de Assistência Estudantil (PAE) está pautada em princípios e diretrizes que norteiam a implantação de programas visando contribuir no acesso e na permanência estudantil na perspectiva da inclusão social, da formação integral, da produção do conhecimento e da melhoria do desempenho acadêmico.

No Campus São Luís Monte Castelo, a implementação da Política de Assistência Estudantil está sob a responsabilidade do Núcleo de Assistência ao Educando - NAE, e é válido mencionar que a avaliação socioeconômica dos estudantes que se inscrevem nos programas é feita pela equipe multidisciplinar e pelas assistentes sociais conforme aconselha a Política de Assistência ancorada na Resolução de nº 147 de julho de 2022:

§1º - A equipe multiprofissional deverá ser composta por Assistente Social, Pedagogo e/ou Técnico em Assuntos Educacionais, Psicólogo, Nutricionista, Assistente de Alunos, Técnico de Enfermagem, Odontólogo, Enfermeiro, Médico e outros profissionais afins, observando a real demanda pelos profissionais, além das limitações de dimensionamento de pessoal.

Sob esta ótica, se considerarmos os licenciandos em Ciências da Natureza e Matemática, percebemos que a política de assistência estudantil desempenha um importante papel na garantia e permanência dos alunos nesses cursos, pois repara dificuldades socioeconômicas apresentadas por meio de direito à alimentação, transporte, moradia, bolsa permanência, bolsista de pesquisa, dentre outros. Apesar dos avanços com

a Política de Assistência Estudantil, instituída por meio da resolução 147/2022, recentemente atualizada, alunos dos cursos de licenciatura apresentam outras demandas ainda além das amparadas pela assistência estudantil, mas que certamente, afetam seu desempenho acadêmico, por exemplo: conflitos familiares e pessoais, abalos na saúde mental, necessidades educacionais específicas, lacunas e dificuldades de aprendizagem, sobretudo, nas disciplinas das áreas específicas de cada curso.

Em vista disso, investir na ampliação da Política de Assistência Estudantil é ainda um desafio, mas uma tarefa necessária, considerando ser esta uma arena estratégica para a consolidação de direitos no contexto das Instituições Federais de Ensino. Assim, consideramos relevante investigar a implementação da política de assistência estudantil e analisar as dificuldades que os estudantes possuem para concluir os cursos, em particular, os de Licenciaturas em Ciências da Natureza e Matemática, com isto, a pesquisa ajudará na criação de estratégias ampliem as possibilidades de conclusão dos cursos.

É nesse sentido que acreditamos que o projeto de pesquisa sobre a implementação da assistência estudantil pode ajudar a melhor compreender os pontos considerados fortes e os pontos fracos dessa política, a fim de contribuir como o fortalecimento da sua implantação no Campus São Luís Monte Castelo. Para tanto, elaboramos e executamos os seguintes objetivos,

Objetivo Geral:

Analisar as estratégias da implementação da Política de Assistência Estudantil do IFMA no Campus Monte Castelo para a permanência e o êxito acadêmico dos alunos dos cursos de licenciaturas em Ciências da Natureza e Matemática. Para traçar o caminho delineamos os seguintes objetivos específicos:

Objetivos Específicos:

- Analisar a legislação e as normas que fundamentam a Política de Assistência Estudantil do IFMA, identificando as principais diretrizes e responsabilidades das instituições de ensino;
- Caracterizar o perfil socioeconômico dos alunos ingressantes e concluintes dos cursos de licenciaturas em Ciências da Natureza e Matemática do IFMA/Monte Castelo, considerando aspectos como idade, gênero, etnia, renda familiar, entre outros;
- Analisar de que forma a Política de Assistência está contribuindo na permanência e êxito dos estudantes dos cursos de licenciaturas em Ciências da Natureza e Matemática.

METODOLOGIA

Com vistas a alcançar os objetivos propostos, a pesquisa foi realizada em duas fases: na primeira fase, a pesquisa documental, fizemos o levantamento de leis, decretos, resoluções e editais em âmbito nacional e local. Também foi realizada a pesquisa bibliográfica com o levantamento da literatura sobre assistência estudantil, foram realizadas leituras e discussões de artigos, monografias, dissertações, teses, e outras publicações para ampliar o horizonte do objeto da pesquisa.

Na segunda fase, a pesquisa de campo, conversamos com as assistentes sociais do NAE - Núcleo de Assistência Estudantil do IFMA/MTC para identificar quais os critérios para o acesso a política e na sequência buscamos averiguar entre os alunos, mediante ao termo de conhecimento livre e esclarecido, a abrangência e eficácia da Política no campus.

Quanto aos instrumentos de pesquisa utilizados, foi feito o levantamento do quantitativo de alunos matriculados e quais destes são usuários da Política, quais os tipos de benefícios mais acessados, qual dos cursos de licenciaturas apresentou uma maior demanda de assistência. Esse levantamento foi realizado por meio da Plataforma Nilo Peçanha, dos editais publicados no período da investigação da pesquisa e, ainda, foi elaborado um questionário aplicado com usuários da política dos cursos de Licenciatura visando à elaboração do perfil, contemplando gênero, cor/raça, faixa etária, renda, situação de trabalho, origem escolar e a averiguação das experiências dos licenciandos com relação à abrangência e êxito dessa política.

A metodologia do artigo deverá apresentar os caminhos metodológicos e uso de ferramentas, técnicas de pesquisa e de instrumentos para coleta de dados, informar, quando for pertinente, sobre a aprovação em comissões de ética ou equivalente, e, sobre o direito de uso de imagens.

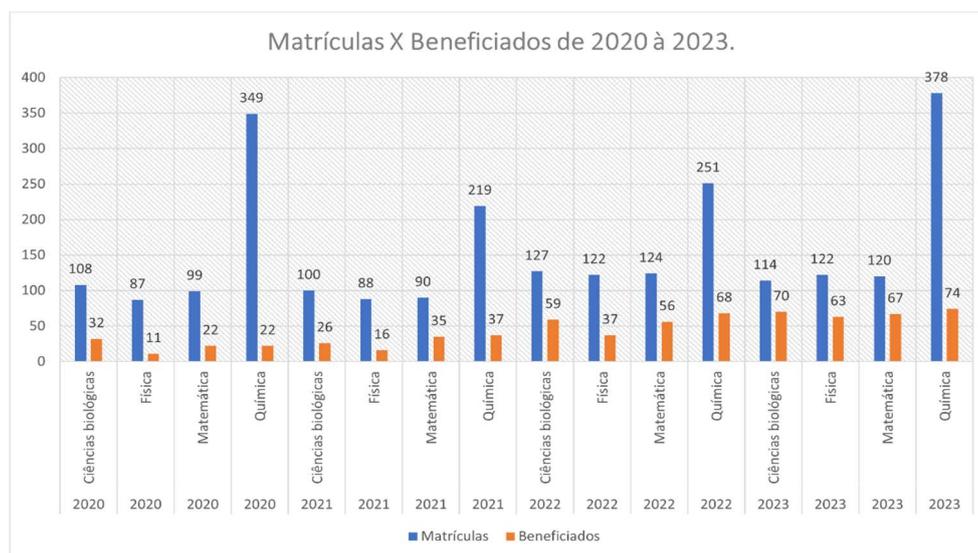
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Primeiramente levantamos os dados sobre a quantidade de alunos matriculados e de alunos beneficiados pela Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) de acordo com cursos de licenciaturas do IFMA/MTC. O levantamento desses dados foi obtido pela Plataforma Nilo Peçanha (PNP), que segundo o Ministério da Educação é

um ambiente virtual de coleta, validação e disseminação das estatísticas oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal). Tem como objetivo reunir dados relativos ao corpo docente, discente, técnico-administrativo e de gastos financeiros das unidades da Rede Federal. (Brasil, [s.d]).

Dessa plataforma verificamos a relação do número de matriculados e auxiliados por licenciaturas, que está exposta gráfico 1, onde a variável “matrícula” está na cor azul e a quantidade de beneficiados pelos auxílios de assistência estudantil, a variável “beneficiados”, está na cor laranja, como pode ser visto a seguir:

Gráfico 1. Comparativo entre os matriculados no IFMA/Monte Castelo e os beneficiados da Política

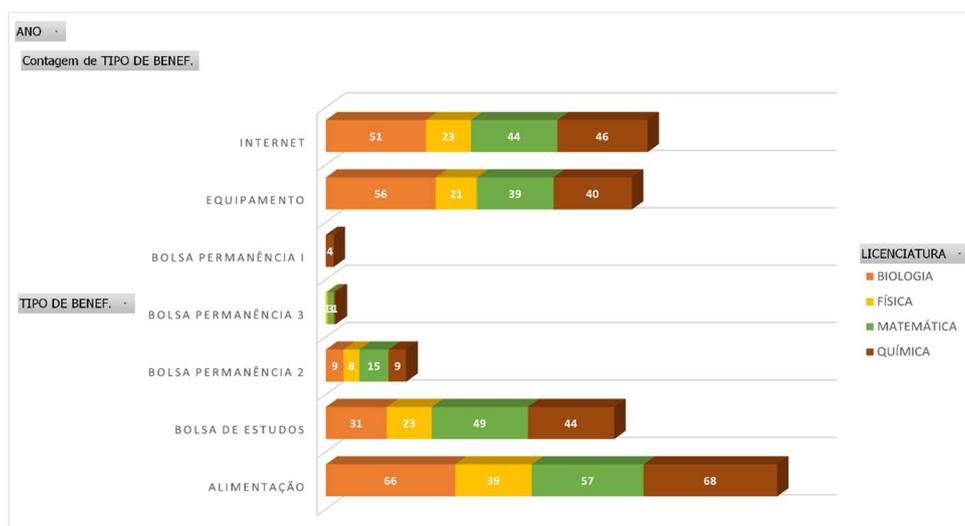


Fonte: gráfico elaborado pela bolsista, com base na plataforma Nilo Peçanha, no ano de 2024.

No referido gráfico é notório uma discrepância entre o número de discentes matriculados e o número de discentes beneficiados pelos auxílios. Diante deste fato, buscamos entender o porquê dessa discrepância, como por exemplo: uma possível escassez de recursos para a abrangência dessa Política, falhas na divulgação dos editais, outros problemas de comunicação entre instituição e alunos e demais motivos e causas do pequeno acesso aos benefícios.

Antes de averiguarmos as possíveis causas, consultamos os editais de auxílios disponibilizados no site do IFMA/MTC e encontramos as licenciaturas que mais acessaram os recursos da PNAES, como pode ser visto no gráfico 2:

Gráfico 2. Auxílios disponibilizados nos anos de 2020 a 2023.



Fonte: Gráfico elaborado pela bolsista, a partir dos editais de auxílio do IFMA, ano de 2024.

Depois de verificado que os alunos dos cursos de licenciatura em química e biologia foram os que mais acessaram os benefícios, buscamos averiguar, junto aos licenciandos se os auxílios têm sido suficientes para as suas demandas e para àqueles que já são beneficiários, averiguamos se a Política tem contribuído para sua permanência e êxito na instituição, visto que a assistência estudantil visa assegurar aos estudantes em situação de vulnerabilidade social e econômica condições básicas esse direito.

Para melhor entendermos essa situação, elaboramos um questionário com o intuito de caracterizar o perfil socioeconômico dos licenciandos ingressantes e concluintes dos cursos de licenciatura do IFMA/MTC, considerando aspectos como idade, gênero, etnia, renda familiar, entre outros. Também buscamos identificar a percepção dos alunos beneficiários acerca da política de assistência implementada no IFMA, compreendendo suas expectativas, necessidades e demandas em relação aos programas de assistência estudantil.

O questionário foi aplicado via plataforma Google Forms, contou com perguntas abertas e fechadas, e foi direcionado aos alunos de todas as licenciaturas abrigadas no Campus. Quanto ao questionário destacamos:

A maioria dos alunos são pessoas do gênero masculino (57,7%), seguido por pessoas do gênero feminino (42,3%). A faixa etária dos 21 aos 25 anos foi a que mais participou da enquete (42,3%), seguido pela faixa dos 18 aos 20 anos (30,8%), caracterizando um perfil de jovens licenciados. Apenas uma pessoa declarou portar deficiência física (baixa mobilidade).

No que se refere a moradia e meio de deslocamento 100% dos discentes declararam residir em moradias feitas de tijolos e a maioria declarou utilizar o transporte público (96,2%), contando apenas 01 pessoa que declarou utilizar o veículo motorizado de duas rodas (moto) como condução.

O uso do transporte público nos demonstra a importância dos auxílios que ajudem no custeio do transporte, considerando, também, que a grande maioria dos alunos que cursam licenciaturas são oriundos de famílias com baixa renda. Como a tabela a seguir:

Tabela 1. Alunos por renda familiar per capita.

Ano	0<RFP<=0,5	0,5<RFP<=1	1<RFP<=1,5	1,5<RFP<=2,5	2,5<RFP<=3,5	RFP>3,5	Não declarada
2018	156	397	53	36	18	18	188
2019	416	65	21	9	2	306	2
2020	415	124	28	18	5	32	317
2021	412	115	31	12	7	9	340
2022	453	127	43	21	7	5	300
2023	550	192	44	28	12	8	324

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha.

A tabela 1 evidencia que apenas no ano de 2018, o maior número de alunos das licenciaturas, obteve RFP (Renda familiar per capita) - soma de todos os salários e rendimentos que os moradores de determinada casa possuem dividido pelo número de pessoas da casa - superior a meio salário-mínimo ou igual a um salário-mínimo. Já nos anos de 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023 os discentes apenas obtiveram RFP inferior ou igual a meio salário-mínimo.

Quanto à raça/etnia a maioria se declarou parda, 15 alunos, seguidos por pessoas que se declararam pretas, 07 alunos e 04 que se declararam brancas. Conforme nossa amostra, a maioria dos alunos são negros (a soma dos pardos e pretos, isto é, 22 alunos). Esses dados indicam que os licenciandos do IFMA, são jovens, negros e de baixa renda, o que caracteriza um público-alvo dos auxílios e da Política de Assistência Estudantil.

Quanto à enquete com os licenciandos, no que diz respeito ao acesso da Política de assistência estudantil do IFMA, perguntamos sobre os critérios para ter acesso aos programas, aos projetos e aos serviços dessa assistência. Assim, (61,5%) afirmaram que não conhecem os critérios e apenas (38,5%) afirmaram conhecer. Essa situação pode ser um indicativo de que os alunos não leem devidamente os editais, fato que pode ser uma

das possíveis causas dos índices apontados no Gráfico 1, referente ao baixo acesso dos licenciados nos programas de auxílio, como bolsas permanências, ofertados pelo Campus.

Para uma melhor compreensão, pedimos a opinião dos discentes sobre os projetos e serviços do NAE, a grande maioria dos jovens responderam que o acompanhamento realizado pelo NAE é regular (50%), é um indicativo da necessidade melhorarias da Política, mas essa melhora envolve uma série de fatores, desde aumento de recursos financeiros. A fim de fomentar o debate sobre a PAE pedimos aos alunos que dessem sugestões de melhoria da Assistência Estudantil do IFMA/Campus São Luís Monte Castelo, dentre as respostas destacamos:

“Melhor divulgação, assim como uma melhor conscientização para os alunos, muitas vezes esses auxílios só são mencionados, mas não apresentados e facilitados da maneira correta, principalmente para os calouros que muitas vezes são oriundos de Êxodo Rural, vindos do interior em busca de algo melhor, e muitas vezes sem as mínimas condições necessárias.”

[...]

“Maior divulgação de modo que os alunos encontrem maior acessibilidade para tirar dúvidas e encontrar informações suficientes, aumento no número de bolsas principalmente para os alunos com maiores vulnerabilidades.”

[...]

“Uma expansão do acesso e da cobertura visando um maior alcance nos estudantes especificamente aqueles alunos de baixa renda e vulnerabilidade.”

[...]

“Desenvolver proposta realista que engloba pessoas de baixa renda para que haja uma permanência e der continuidade ao processo de estudo. Divulgação dos serviços oferecidos pelo Ifma, a fim de sabermos o que realmente acontece.”

[...]

“Ampliar a divulgação e a assessoria de como acessar estes programas.”

Conforme os relatos podemos destacar algumas queixas dos discentes no que diz respeito a divulgação da Política pela instituição, ressaltando que a divulgação em sua totalidade ainda é um desafio, e pode justificar a pouca participação dos licenciandos. Entretanto, foram apontados vantagens e outros problemas, tais como: o aumento dos valores das bolsas, mais agilidade para divulgação, liberação dos recursos para os selecionados e o aumento da quantidade de vagas ofertadas nos programas de assistência estudantil.

Todavia, entendemos que o atendimento a essas reivindicações está condicionado a uma maior disponibilidade orçamentária, assim como ampliação de profissionais da assistência, melhoria e ampliação na divulgação dos programas entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre a Política de Assistência Estudantil (PAE) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA) Campus São Luís Monte Castelo, alcançou algumas respostas sobre quem são os licenciandos (um público jovem e de baixa renda) que apontam que embora a Política tenha alcançado avanços significativos na promoção da permanência e no sucesso acadêmico desses estudantes em situação de vulnerabilidade social, ainda encontra desafios substanciais a serem enfrentados como ampliação de profissionais da assistência, melhoria no esclarecimento e ampliação da divulgação dos programas do IFMA/MTC, acompanhamento pedagógico contínuo, desburocratização dos processos de análise dos programas.

Embora a PAE ofereça auxílios financeiros, é evidente que muitos alunos enfrentam outros tipos de desafios, por exemplo, os emocionais e os déficits acadêmicos que não podem ser resolvidos apenas com suporte financeiros, daí a necessidade de um suporte psicológico e pedagógico mais eficaz para os estudantes. O estresse, os transtornos de ansiedade e outras questões relacionadas à saúde mental, também, têm sido apontado como um impacto significativo no desempenho acadêmico. Muitos estudantes, especialmente, aqueles que vêm de contextos socioeconômicos vulneráveis, carregam não apenas a pressão de ter sucesso na vida acadêmica, mas também a responsabilidade de ajudar suas famílias. Esse duplo peso pode levar a síndromes, dificuldades de concentração, perda de interesse pelos estudos e, em casos mais graves, o abandono dos cursos.

Portanto, entendemos ser necessário, a continuidade do debate e a revisão constante da Política visando atender às necessidades reais dos estudantes. A PAE desempenha um papel crucial na democratização do acesso ao ensino superior, mas para que seu potencial seja plenamente realizado, é necessário um esforço contínuo para identificar e remover as barreiras que ainda persistem na trajetória acadêmica dos alunos mais vulneráveis.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES**. Brasília, 2010. Acesso em: agosto. 2024

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO- IFMA. **Resolução nº 147**. Dispõe sobre a Política de Assistência Estudantil do IFMA, 2022.

PORDEUS, Angélica Gadelha. **A importância do programa nacional de assistência estudantil para a permanência e o êxito acadêmico de estudantes cotistas no Instituto Federal de Educação da Paraíba**. 2019. (dissertação de Mestrado).